



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Homem informacional

falsa solução para o falso dilema homem-máquina

Terezinha Ferrari

Como citar: FERRARI, T. Homem informacional: falsa solução para o falso dilema homem-máquina. *In:* ROIO, M. D. **A Universidade entre o conhecimento e o trabalho: o dilema das ciências**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005. p115-126. DOI: <http://.doi.org/10.36311/2005.85-86738-27-1.p115-126>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

HOMEM INFORMACIONAL: FALSA SOLUÇÃO PARA O FALSO DILEMA HOMEM-MÁQUINA

Terezinha FERRARI¹

Neste texto, pretendemos discutir as formas assumidas pelas relações entre os trabalhadores e as assim chamadas novas tecnologias da informação.

Subsumidos ao fenômeno do estranhamento, os trabalhadores, sob o signo do processo tecnológico em andamento, são levados a “relacionar-se” com máquinas como extensões análogas de seus corpos, cérebros, mentes e corações. Imposta a *estranha* analogia homem-máquina, muitas vezes revestida de antagonismo: o homem contra a máquina, tenta-se reduzir ou equiparar o ser humano a esta última. O que era metáfora transformou-se em virtude. A criatura assume a mesma estatura ôntica do criador. Um intenso esforço ideológico tenta reduzir o homem ao patamar da máquina programável informatizada, tida como *inteligente*, e induzi-lo a portar-se como extensão efetiva de seus algoritmos, alimentando uma falsificada equação homem-máquina e aprofundando ainda mais os termos desta suposta identidade; ao invés de as máquinas serem extensões dos homens, estes é que se tornam extensões delas ou co-participantes emotivos de seus aplicativos.

Em um mundo em que parece haver somente circulação de mercadorias e fluxos informacionais escamoteadores da esfera produtiva, lembramos Luckás, em um capítulo da *Ontologia do ser social*, infelizmente, ainda não traduzido para o português.²

Não é surpreendente que, então, o terreno da atividade propriamente dita do homem, ou seja o seu relacionamento com a natureza (da qual ele provém, mas que domina cada vez mais mediante a práxis e, em particular, mediante o trabalho), seja abandonado, a ponto de que aquela atividade considerada como a única autenticamente humana aparece, do ponto de vista ontológico, como tendo caído pronta e acabada do céu, sendo representada como ‘supra-temporal’, ‘eterna’, como mundo do dever-ser contraposto ao do ser.

Pela transformação do processo de trabalho em processo de valorização do capital, o homem foi, metaforicamente, comparado por Marx a um apêndice das máquinas. Ao longo do século XX e, principalmente, nos últimos trinta anos desse mesmo século, o esforço ideológico de algumas correntes – umas gerenciais-empresariais e outras

¹ Ciências Sociais - Centro Universitário Fundação Santo André.

² Em fotocópia sem data, utilizamo-nos de uma tradução de Carlos Nelson Coutinho.

acadêmicas – todas subsidiadas pelo capital, direta ou indiretamente, ao construir a suposta igualdade homem-máquina, solidifica a metáfora. Escamoteadora da intervenção fundante do homem na produção do mundo, uma ideologia dominante apresenta as máquinas como as construtoras desse mesmo mundo, e a atividade basicamente criadora do homem, através do trabalho, é negada. Atribui-se centralidade – que beira as raias da exclusividade – a uma, assim chamada, esfera comunicacional, de tal modo que a linguagem esvaziada da práxis produtiva dos homens assume a forma exclusiva de *ser humano*.

O arcabouço teórico, hoje em voga, que atribui a esta esfera a totalidade de significados e conteúdos das relações humanas é tributário da hegemonia do capital e especificamente do capital financeiro.

Nas sociedades em que não predominava a relação hegemônica do capital, os elementos naturais eram relevantes; os instrumentos tendiam a potencializar os movimentos humanos e a própria natureza para produção de valores de uso. As ferramentas se associavam à experiência imediata e ao conhecimento direto da matéria sobre a qual os homens operavam.

A hegemonia da classe dominante, proprietária dos meios de produção, efetivava-se por laços extra-econômicos diversos, por imposições sociais distintas: religiosas, militares, políticas. O senhor da Idade Média não expropriava o servo de suas técnicas de trabalho. Na Antigüidade, o dominador não privava os povos escravizados do conhecimento de suas técnicas de trabalho. Ao contrário, escravizava-os para que mantivessem seus conhecimentos técnicos – saber-fazer – para a continuidade da produção. Entre muitos povos nativos, as técnicas do fazer eram mesmo socializadas pela comunidade. O modo de produção atual por basear o domínio de classe na produção e expropriação de tempo de trabalho excedente, obrigou a classe dominante a se apropriar e usurpar as técnicas de trabalho.

A usurpação efetuada pela burguesia tem-se dado, também, e aqui fundamentalmente, em razão do tema deste simpósio, pela fragmentação do saber-fazer humano. Estilhaçamento que cria homens-náufragos ilhados, esvaziados espiritualmente, porque cada vez mais afastados do saber, pelo escamoteamento de sua intervenção fundante na produção da vida material e espiritual. Homens sujeitados a uma infinda circulação de mercadorias que, magicamente, parecem ter sido retiradas da natureza, sem os processos ativos de transformação por meio do trabalho, restando, a estes homens somente processarem um imenso fluxo de informações – signos, códigos e linguagens – supostamente capazes de criar relações humanas consensuais.

Na produção da vida material, não submetida à relação hegemônica do capital, nas guildas e nas corporações pré-capitalistas, mantinham-se os *mistérios* do fazer, e os artesãos, porque não se constituíam como a classe dominante, preservavam seu *mister* como forma de sobrevivência; a nobreza construía e conservava seu poder de dominação à margem do conhecimento técnico, do saber-fazer desses artesãos ou dos servos.³

O discurso que na atualidade é chamado de científico e tecnológico naturaliza a particular intervenção da burguesia na práxis produtiva humana, devido a sua particularidade histórica de classe dominante: ser obrigada a adentrar o processo produtivo para expropriar tempo de trabalho alheio. Esse discurso consolida a compilação e o estudo do saber e do saber-fazer, deixando apenas como herança a definição de tecnologia dada pelos dicionários. Etimologicamente, tecnologia é o estudo e a compilação das técnicas. Limitada à nomeação do dicionário, esvaziada do conteúdo e do contexto social, não se pergunta: quem estuda? Por que estuda? Como estuda? Com qual finalidade se estudam as técnicas? As respostas levariam além do conteúdo etimológico do substantivo *tecnología*.

Este estudo e esta compilação iniciais assessoraram a burguesia não só a apossar-se e a sistematizar – academicamente – o saber e o saber-fazer herdados do período anterior e disponíveis naquele momento, como foram o início de um processo incessante e, ainda, atual de expropriá-los (o saber e o saber-fazer) dos trabalhadores, com vistas, já se disse, à produção de valores de troca através da intensificação da usurpação de tempo de trabalho. Esta é a particularidade histórico-concreta que deve ser retida para a caracterização do atual processo tecnológico, tido como científico e informacional; tido com um processo, que naturalizado e esvaziado dos interesses de classe, aparece como o resultado natural o qual a humanidade estaria fadada a atingir.

Como movimento contínuo da expansão das necessidades de revalorização, o capital gerou uma das mais perturbadoras promoções: a possibilidade de extração e apropriação de um maior tempo de trabalho, que vai além do tempo da produção imediata para atendimento

³ As discussões em torno do processo tecnológico e sobre a técnica parecem sempre remeter à *techné* grega ou aos artesãos das guildas e das corporações de ofício. O que tem ocorrido é a idealização deste artesão e da *techné*. Como herdeira e exteriorizadora da práxis produtiva humana, a habilidade individual só interessa se e quando remetida à práxis social e gerada por ela. Romantizar a *techné* e o velho artesão, como os detentores exclusivos da capacidade de elaborar técnicas, é projetá-los autonomamente da e na história. Comunidades primitivas, a *techné* grega, a *ars* romana, os artesãos das guildas e corporações, ou mesmo os trabalhadores clássicos do período fordista são referências a processos históricos definidos e não modelos a serem resgatados, subtraídos de sua historicidade e desligados da práxis produtiva humana.

das necessidades materiais e espirituais. A necessidade de aumentar continuamente a expropriação de tempo de trabalho excedente gerou uma determinada ampliação das forças de produção acumuladas e o processo – sempre relativo – de autonomização do homem em face da natureza – elemento básico da missão civilizadora do capital.

A condição necessária do capital de revalorizar-se, através da apropriação do expandido tempo de trabalho não pago, impresso na produção industrial, impulsionou um assim chamado *progresso tecnológico*. De roldão, a ideologia dominante contemporânea vem impondo a forma do fazer padronizado – digital e informacional – como único caminho do moderno. Para isso, esse esforço ideológico classista tem de destituir dos homens a unitária capacidade de serem estes os construtores e reconstrutores da vida e das coisas, objetos e equipamentos extracorpóreos que lhes são efetivamente exteriores. Por um processo de inversão ideológica com força material, o que é exteriorização-materialização da subjetividade, dos projetos de trabalho, dos processos de atendimento das necessidades humanas transformase, sob o capital, em máquinas e equipamentos, efetivamente, análogos, extensões corpóreas, cerebrais, musculares e sensitivas dos homens. As criações adquirem a mesma estatura ôntica dos seus criadores.

No século XIX, Marx define a compreensão ontológica dessa inversão. O capital encontra os meios de trabalho tais como foram herdados pelo processo histórico-social. Isto significa que o capital não os criou, mas os transformou de acordo com seu sentido, sua existência, suas relações de produção; os pôs a seu serviço, os condicionou de acordo com sua lógica; os colocou como um modo particular de sua existência – suprimiu sua forma anterior como simples meios e imprimiu-lhes uma nova condição. Uma condição ativa que estava, antes, concentrada no trabalhador.

Os meios de trabalho apropriados privadamente para e pelo capital foram invertidos de meios intermediários a impulsionadores dos processos de produção. A máquina, os equipamentos e os processos assumiram formalmente a virtualidade, a habilidade e a destreza que antes eram dotes substantivos do trabalhador direto. Este foi o movimento histórico que tirou dos homens o saber e o saber-fazer e os encapsulou nas máquinas, condição sem a qual não poderia haver a subordinação real do trabalho ao capital e o controle dos processos de trabalho por esses proprietários privados dos instrumentos de produção. Tal inversão permitiu à burguesia criar condições tecnicamente palpáveis para a exploração capitalista de trabalho alheio, de cunho, hoje, denominado científico.

Atualizando a metáfora de Marx sobre os homens transformarem-se em apêndices das máquinas, diríamos que eles se

transformaram, também, em apêndices de fluxos. De ser ativo, o trabalhador transformou-se em ser passivo – hoje, além de passivo, transformou-se também em elo de uma imensa cadeia de fluxos informacionais.

A usurpação do saber-fazer humano passou a ser apresentada sob uma face científica, que pretende eliminar a ação das classes deste processo. Essa pretensão proclama um desenvolvimento naturalizado dos antigos meios e equipamentos de trabalho.

O processo tecnológico – cientificista – das últimas décadas do século XX teve como característica marcante a intensa utilização de técnicas para a concepção de máquinas programáveis informacionais – este movimento e esta síntese têm sido contemporaneamente concebidos *in totum* como o desenvolvimento – natural e neutro – de forças produtivas humanas.

Os mesmos interesses que financiaram a mobilização do saber, para a construção das máquinas programáveis informacionais, promovem uma contínua tentativa de adequar seres humanos a interfaces definidas como necessárias à operação dessas mesmas máquinas programáveis.

O que colocamos aqui em questão é a assimilação e a identificação desses processos por vários setores, inclusive da academia, como revolucionários e capazes de articular e gerar uma *nova* condição humana.

HOMENS, MÁQUINAS E PRODUTIVIDADE INFORMACIONAL

O peso da reestruturação levada a efeito pelo capital nos processos produtivos nos últimos trinta anos, na Europa, no Japão, nos Estados Unidos e, mais recentemente no Brasil, tem provocado alguns traços reflexivos importantes sobre as transformações no mundo das relações entre trabalho e capital. Algumas nuances desse peso, entretanto, ficaram obscurecidas. Nuanças relativas a um artificioso dilema homem-máquina, ao qual é atribuído um estatuto *científico-tecnológico*. Suposto dilema esvaziado da compreensão, fundamental, da inversão ocorrida nos processos de trabalho desde o surgimento do capital industrial, em que o homem se transforma em portador da mercadoria força de trabalho e como tal é transformado em apêndice dos meios de trabalho.

Destacar essa nuance relativa ao dilema homem-máquina é o propósito a esta altura deste texto. A reestruturação tecno-produtiva executada pelo capital para atender suas necessidades, fundada e fundadora, das assim chamadas *novas tecnologias* põe e repõe esta falsa questão entre o homem e a máquina.

Desde meados do século XX, vem-se construindo um caldo ideológico em que –paralelamente ao escamoteamento da produção material – se insere a proliferação de máquinas programáveis informacionais na produção e na vida cotidiana. Caldo que sustenta a tentativa de reduzir o homem a um adequado *ser informacional*.

Nessa direção, atividades cerebrais complexas não rotineiras, não formalizadas por regras explícitas, seriam redutíveis a atividades simples e programadas. Trata-se de uma concepção mecanicista pela qual o comportamento do homem poderia ser reduzido a um padrão de problemas e de soluções programáveis.

Formulações desta ordem rodeiam a construção dos elementos que contribuem, contemporaneamente, para alimentar um nivelamento entre homens e máquinas. Tal nivelamento é caracterizado, por um lado, pela elevação das máquinas a executoras de funções humanas, e, por outro lado, pelo rebaixamento da condição ontológica do ser social a um ser mimetizável pelas máquinas.

Os meandros da discussão são sutis. Há décadas, concentradas ao longo do século XX, intenta-se atribuir a máquinas atividades cerebrais.

Equiparar máquinas a homens não é questão técnica ou metodológica, mas sim conceitual e ideológica, pois, realizá-la significa primeiro definir de qual conceito de ser humano se parte.

Para o nivelamento entre homens e máquinas, que aqui interessa diretamente discutir, é preciso postular que, de fato, máquinas possam simular atividades do cérebro. Os simulacros acabam adquirindo forte presença. São mais do que comuns, expressões que se referem às máquinas programáveis informacionais como dotadas de capacidade cerebral, possuidoras de *memória* e portadoras de *inteligência*, sem que se perceba o conceito de ser humano implícito nesta antropomorfia.

Assim, o simples armazenamento de códigos é elevado à categoria de memória análoga à memória humana. As seqüências de instruções e códigos armazenados nessas máquinas – denominadas *softwares* – tornam-se modelos válidos, considerados até mesmo como novos paradigmas do pensamento humano.

Como dissemos, tudo é possível a partir do conceito de ser humano do qual se parte. Essas analogias só são possíveis porque naturalizam uma dada concepção de *ser humano*, escamoteada da condição do homem enquanto *ser social* e, também, das bases ontológicas da sua produção e reprodução como *ser social*.

O ardil é poderoso e revestido de proposituras científicizantes.

De nossa parte, nós o entendemos como um mecanismo de tentativa de controle e adequação às necessidades produtivas do capital, constituindo um dos aspectos da hegemonia ideológica do capital, em sua etapa atual. É insinuado nessa antropomorfia que as sociedades só podem ser compreendidas através das mensagens e das facilidades de comunicação de que dispõem. As raízes ideológicas da hipertrofia da informação e da comunicação sobre a práxis produtiva podem ser encontradas, pelo menos, desde a criação da cibernética, em meados do século XX. Estas raízes estão sendo repostas ou continuadas pela semiótica, pela lingüística estruturante ou pós-estruturante e, também, pela chamada ciência da computação.

Essas áreas recuperam a colocação básica da cibernética de uma particular individualidade do humano, por meio do argumento do *feedback*, mecanismo de realimentação que levaria o homem ao aprendizado e à aculturação ausentes nos animais. Pelo mecanismo do *feedback*, os homens revelariam uma capacidade de aprendizado, um retorno constante aos dados originais, caracterizado por ações e tomadas de decisões baseadas em informações obtidas do meio ambiente, de modo a se ajustarem às exigências deste meio exterior.

Essa particularidade humana encontraria seu análogo nas máquinas. Atribuído e acentuado este traço comum, homens e máquinas poderiam ser equiparados.

As máquinas automáticas possuiriam *órgãos* análogos aos braços e pernas dos seres humanos, além de *órgãos sensoriais* que as poriam em relação com o mundo exterior, que não só lhes indicariam quais são as circunstâncias exteriores como também ajustariam seu *comportamento* futuro em função da análise do desempenho passado.

É atribuído às máquinas um estatuto ontológico análogo ao dos seres humanos, pois, ambos teriam como essência a função de executar *feedback*, sendo reduzidos a processadores informacionais; receberiam e utilizariam informação para ajuste às contingências do mundo exterior. Os processos comunicacionais implicariam ordem e consenso entre homens, máquinas e entre estes e o mundo da natureza.

Objetivando a busca de uma ordem superior do mundo – consensual e ordenada – qualquer obstáculo à democrática produção e circulação de informação seria prejudicial. A livre circulação de informações seria um modo de não ceder a um processo de desorganização. Esta não-cessão evitaria uma tendência contínua à desorganização. À informação seria atribuída uma função de organizar, definir fins, não confundir; equilibrar, enfim, a tendência natural ao aumento da entropia, da desorganização.

Retornando ao alvo deste texto: a antropomorfia reducionista dos homens às máquinas e a seres informacionais possui fins ideológicos claros. As máquinas informacionais capazes de intenso processamento de informações, tidas como inteligentes e eficazes, são postas como parâmetros organizacionais, e os homens (reduzidos a análogos daquelas máquinas) devem adequar-se ao seu funcionamento. Mais do que isto, os próprios homens seriam somente entidades comunicacionais, processadoras de signos, códigos, linguagens.

Há claramente um conceito de ser humano implícito nesta orientação. O capital financeiro, desde meados do século XX, precisou intensificar sua eficácia para o processamento e transmissão em tempo instantâneo ou o mais curto possível de valores, taxas, índices, tendências, portanto, processar e transmitir informações, dados, em ritmo adequado ao mercado capitalista. A informática já de longa data havia surgido para atendimento das necessidades do capital industrial-financeiro, que utilizava o saber e o saber-fazer desenvolvidos para esforço bélico, tanto durante a II Guerra Mundial, quanto para o período da Guerra Fria que se seguiu.

Em geral, deixa-se de anotar não só o aumento da massa de informações à disposição do capital financeiro, antes manualmente compilada, mas também as novas necessidades de circulação no tempo e no espaço produtivos, e de administração sob uma dada forma e ritmo dessas mesmas informações. Essas novas necessidades foram advindas da expansão do capital industrial e financeiro norte-americano ocorrida no período da guerra e do pós Segunda Guerra.

A satisfação das necessidades de transporte, manipulação, codificação e armazenamento de informações relativas à acumulação de capital sempre promoveram técnicas específicas: malotes, ferrovias, telégrafo, cabos submarinos etc. (DANTAS, 2002). A informática e a teleinformática foram constituídas como técnicas concretas, específicas para satisfação daquelas necessidades a partir do nível de acumulação, centralização, mundialização do capital financeiro atingidos no pós-guerra.

Em paralelo a esse processo, ideologicamente, vai-se construindo um caldo que contribui para alicerçar as bases de uma suposta analogia entre homens e máquinas programáveis informacionais. Analogia adequada ao ritmo de acumulação que impõe o processamento automático de informações (informática), em tempos muito curtos, disponibilizando-as em locais geograficamente dispersos (teleinformática). A rapidez necessária ao trânsito e ao processamento necessita trabalhadores aptos para a decodificação dessas informações. Tal rapidez não permite questionamentos e controvérsias sobre o que e como as coisas devem ser feitas.

Como *seres* capazes de criar, transmitir, receber e reprocessar informações através de linguagens específicas advindas de um meio objetivamente alheio, os homens não possuiriam exclusividade, neste aspecto. Trata-se de um atributo que poderiam “partilhar, em certa medida, com as máquinas”. A analogia e a extensão entre homens e máquinas tornaram-se possíveis pela concepção de homem implícita: o homem é um “tipo especial de máquina”; é criador específico de informações e de linguagens e sua fluidez de pensamento é “mecânica”, padronizada. Obedece e gera *inputs* e *outputs*. Nessa medida, é possível “um homem falar com uma máquina” (WIENER, 1970, p. 74-75). Os homens, como as máquinas programáveis informacionais, seriam “organismos comunicacionais”, capazes de diminuir a entropia natural do mundo.

O pressuposto primeiro desta concepção é a afirmação do homem como um ser mecânico, comunicacional, que aprende através do *feedback* de informações com o meio exterior e que possui uma forma de pensar a partir de algoritmos de entrada e saída, tangíveis e definíveis. De determinados *inputs* pode-se esperar determinados resultados de saída. Admitida esta padronização, é possível construir “uma máquina cuja estrutura mecânica reproduzisse a fisiologia humana”, teríamos então “uma máquina cuja capacidade intelectual seria uma reprodução da dos seres humanos” (WIENER, 1970, p. 57)

Como já afirmamos, repetidamente, acima: tudo é possível, dependendo do conceito de homem do qual se parte.

Para nós, a redução ontológica do ser humano a um ser informacional está subjacente às discussões em torno da chamada inteligência artificial, das chamadas tecnologias da inteligência, bem como dos arroubos pós-modernos e pós-orgânicos.

As interfaces entre operadores e máquinas programáveis informacionais adequadas às condições de trabalho, para intensificação da produtividade sob relações capitalistas, exigem analogia e extensão entre os homens e essas máquinas. É uma construção teórica da equação esvaziada da condição ontológica do homem relativamente às máquinas. Concepção humana que pressupõe que não somos material que subsista, mas padrões que se perpetuam a si próprios. Padrão corpóreo preservável a partir dos meios, das máquinas, dos instrumentos, exteriores a esse padrão. O homem é um padrão, “é uma mensagem e pode ser transmitida como tal” (WIENER, 1970, p. 95). O princípio irracionalista da descorporificação ou do pós-orgânico necessita de equipamentos extracorpóreos, para que os homens conservem esse padrão em um corpo não-contingencial, não-finito e não limitado, como são os seus corpos orgânicos. O homem é visto, essencialmente, como um ser informacional revestido de um parco e limitado invólucro corporal.

Não há neste tipo de concepção o enfrentamento fundamental de que o homem não é só gerado da e pela natureza, mas da e pela sua prática social. Tenta-se reduzir os seres humanos ao padrão da sua exclusiva preservação biológica.

Desde os primeiros atos do trabalho, dos quais são derivados instrumentos, utensílios e equipamentos extracorpóreos, inseridos na práxis produtiva para se manterem, primeiramente vivos, os homens constroem esses meios como satisfação e ampliação de suas necessidades orgânicas, materiais e espirituais; como exteriorização de sua subjetividade, e realização de sua humanidade superando a singularidade de ser da natureza. Superação que vai no sentido da construção cada vez mais intensa da complexidade do homem como ser social. Embora, neste processo, haja crescente troca de informações entre seres humanos, isto está longe de justificar a centralidade, que chega às raízes da exclusividade, repetimos, desta troca de informações para a constituição do homem como ser social.

Sob o capital, histórica e particularmente, os processos de trabalho são organizados exclusivamente privilegiando-se os meios de trabalho com vistas à extração de mais valor. Esta particular orientação atribui às máquinas, aos meios, uma autonomização da singular ação humana nesse processo de construção. A tal ponto em que se autonomizaria a exteriorização humana nesse sentido da construção de equipamentos – os meios – negligenciando-se a unidade essencial primeira da práxis. Ponto extremo alcançado sob as relações de dominação do capital sobre o trabalho que autonomiza e inverte a presença humana nas condições objetivas fundantes de construção social desses mesmos equipamentos, máquinas e meios.

Concepções semelhantes atribuem aos meios uma existência em si, em detrimento da práxis produtiva humana. Tais concepções não poderiam ocorrer sem uma reconfiguração específica do sentido do humano. Reconfiguração que esvazia do homem sua condição de agente e reagente da sua sociabilidade.

As máquinas programáveis informacionais não criaram a alienação própria das relações capital-trabalho. Pelas suas específicas características, podem tê-la aprofundado. A natureza ideológica de muitos autores, dos últimos 50 anos, atribui a essas características a possibilidade real de máquinas programáveis informacionais receberem e encapsularem programas, algoritmos, procedimentos, padrões que conseguiriam captar em seu conjunto os aspectos definidores do gênero humano. Ou pelo menos a concepção de gênero humano que tais autores possuem, assim o permite concluir.

Técnicos, cientistas e mesmo operadores, em geral, tendem a autonomizar os equipamentos e máquinas em face dos homens. Subordinados aos processos ideológicos dominantes, excedem os limites de uma desantropomorfia primeira obtida pela criação de equipamentos extracorpóreos. Isto é, mesmo que não tenham sido construídos para fins desantropomórficos, os instrumentos livram os processos de trabalho da ingerência da energia física do homem, constituindo novos feixes de necessidades e de demandas. Porém, sem perder essa marca original, permanecem os homens os criadores sociais desses utensílios. Pensar este processo como independente da práxis social ou dotado de uma teleologia atribuída: a preservação de um padrão bio-humano naturalizado é reduzir o homem a um *elo informacional* do processo produtivo. É negar a exploração do trabalho de uma *dada maneira* pelo capital e mais do que negá-la, é naturalizá-la.

Equipamentos são sempre frutos de uma dada práxis, historicamente definida. A práxis capitalista impõe os meios como prioritários, apresentando-os neutralizados, esvaziados do seu conteúdo social, o que acaba por esconder fins de dominação de classe.

Desde o Neolítico, os homens criam linguagens, signos, informações derivadas de sua práxis produtiva em relação com a natureza e com os outros homens. Seu sentido pleno, entretanto, só pode ocorrer se mantida e apreendida a unidade concreta entre os significados e os significantes, e não através da hipertrofia do significante (EVANGELISTA, 1992, p. 21), da hipertrofia da forma discursiva sem conteúdo.

A eliminação da materialidade da produção, através do superdimensionamento ideológico dos equipamentos, possui um pecado original. As máquinas das fábricas ou as que servem como canais de comunicação, ou as usadas para trocar informações e realizar operações *on-line*, são capital. São máquinas programáveis, transmissoras, geradoras de informação – informação aparentemente esvaziada quanto à determinação social de classe. Máquinas diante das quais indivíduos *informacionais* trabalham, aparentemente, sem muito esforço físico visível, mas que movimentam imensas quantias de dinheiro, muita carga, muitos processos, muitos dados, muitas decisões administrativas, muitas operações fabris, muito saber acumulado para a revalorização incessante do capital.

Proceder à análise a partir da práxis permite apreender a unidade dessa informação com seu conteúdo fundante de significados e significantes sociais de classe. Ao ignorar a materialidade específica da produção sob o capital, deixa-se escapar que qualquer informação possui origem material. Essa origem, quando escondida, ou quando a informação é hipertrofiada em sua forma, elimina “as referências a um

centro, a um sujeito ou a uma origem” (EVANGELISTA, 1992, p. 21). Ignorar a totalidade determinante da práxis social impede a apreensão do fim a que se destina a informação, quem a criou, qual o comportamento que se espera do receptor dessa informação, qual seu conteúdo de classe.

Preconizar a liberdade na rede é pouco, mesmo os cibernéticos já o faziam na década de 50.

As posturas teóricas, práticas e políticas diante da “rede” acabam sustentando por meios transversos um padrão de sociabilidade, presente ou futuro, que preconiza um sistema de múltiplas e infinitas conexões, que se retroalimentam sem que haja uma linha de determinação social material. A consequência acaba sendo a naturalização de aspectos da sociabilidade atual.

REFERÊNCIAS

DANTAS, M. *A lógica do capital-informação: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

EVANGELISTA, J. *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. São Paulo: Cortez, 1992.

WIENER, N. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. São Paulo: Cultrix, 1970.